ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PLANO DE SUSTENTAÇÃO – PSU

AQSETIN2017016 – Aquisição de Solução de Armazenamento de Dados Para o Ambiente de Homologação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Sustentação visa garantir a continuidade do negócio durante e após a entrega da Solução de Tecnologia da Informação, bem como após o encerramento do contrato. Este documento é referente à aquisição de **Solução de Armazenamento de Dados Para o Ambiente de Homologação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.**

2 RECURSOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO NEGÓCIO DURANTE E APÓS A EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1 Recursos Materiais

Recursos: Infraestrutura de rede que permita o acesso à nossa rede de computadores para a execução de serviços remotos, quando necessário.

Quantidade: Não se aplica.

Disponibilidade: 24 horas por dia, todos os dias da semana. (Mediante requisição)

Ação para obter o recurso e seus Responsáveis: Contactar a Coordenadoria de Suporte Técnico para liberar o respectivo acesso.

2.2 Recursos Humanos

Função	Formação	Atribuições
Analista de Suporte (Serviço de 3º Nível de suporte - TJCE)	Conhecimento na operação da solução adotada.	Operacionalizar a solução adotada no TJCE.
Gerente de Infraestrutura de TI /	Análise de sistemas e conhecimento em suporte na área de Tecnologia da Informação	Gerenciar a operacionalização da

Coordenador(a) de Suporte Técnico.	e Comunicação (TIC).	solução.

3 ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE CONTRATUAIS

Evento	Ações de Contingência	Responsáveis
Execução parcial ou não execução dos Serviços de Manutenção Corretiva da solução.	Mover todos os dados armazenados de todos os sistemas de informática do poder judiciário cearense para outros locais de armazenamentos disponível. e/ou Iniciar o processo licitatório para aquisição de uma nova Solução de STORAGE para o TJCE.	Gerência de Infraestrutura de T.I e/ou Coordenadoria de Suporte Técnico
Falência do fabricante.	Mover todos os dados armazenados de todos os sistemas de informática do poder judiciário cearense para outros locais de armazenamentos disponível. e/ou Iniciar o processo licitatório para aquisição de uma nova Solução de STORAGE para o TJCE.	Gerência de Infraestrutura de T.I e/ou Coordenadoria de Suporte Técnico
Requisições de suporte atendidas fora do prazo previsto em contrato.	Promover apuração das sanções previstas em contrato.	Gerência de Infraestrutura de T.I e/ou Coordenadoria de Suporte Técnico e Divisão de Contratos e Convênios.
Anulação da contratação por culpa da contratada.	Promover apuração das sanções previstas em contrato. e/ou Iniciar o processo licitatório para aquisição de uma nova Solução de STORAGE para o TJCE.	Gerência de Infraestrutura de T.I e/ou Coordenadoria de Suporte Técnico e Divisão de Gestão Administrativa de T.I.

4 AÇÕES PARA TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Ação	Responsável	Prazo
Análise sobre a necessidade de se elaborar	Gerência de Infraestrutura	Seis meses antes do

novo contrato para prestação do serviço de Manutenção Corretiva da solução.	de T.I e/ou Coordenadoria de Suporte Técnico.	encerramento contratual.
Análise sobre a necessidade de realizar aquisição de nova solução de armazenamento de dados do poder judiciário cearense, contemplando os serviços de suporte técnico e garantia, para substituição da atual solução de armazenamento de dados em uso pelo TJCE, tendo em vista a possibilidade de tal solução estar tecnologicamente defasada.	Gerência de Infraestrutura de T.I e/ou Coordenadoria de Suporte Técnico.	Seis meses antes do encerramento contratual.

5 ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA

5.1 Transferência de Conhecimento

Item a ser transferido	Forma de Transferência
Toda e qualquer informação pertinente à instalação, manutenção ou atualização da solução.	A contratada deverá emitir para o Contratante, relatório(s) técnico(s) referente(s) à instalação, manutenção ou atualização da solução que venha a realizar durante o período de vigência do contrato.

5.2 Direitos de Propriedade Intelectual (Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998)

O direito de posse e propriedade de todos os artefatos e produtos elaborados pela CONTRATADA em decorrência do CONTRATO é do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sendo vedada sua cessão, locação ou venda a terceiros.

6 APROVAÇÕES

Samuel Antunes de Carvalho – 1882
Integrante Técnico

Davi Tavares da Costa – 9329
Integrante Requisitante

Francisco José Pessoa Furtado – 8284
Integrante Administrativo

Fortaleza, 25 de setembro 2017